

TERMO DE REFERÊNCIA

ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL – POR PREÇO UNITÁRIO

1. OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto instruir a contratação para execução dos serviços comuns de engenharia ou arquitetura, definido como atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e acompanhamento de profissional engenheiro ou arquiteto habilitado (CREA/CAU) ou empresa de engenharia/arquitetura, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos e, que por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns.
- 1.2 A contratação trata-se de serviço não continuado, que têm como escopo a obtenção e/ou contratação de serviços específicos em um período pré-determinado, sem necessidade de prorrogações por vários exercícios financeiro, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”.
- 1.3 A **CONTRATADA** deverá realizar a prestação do serviço respeitando o prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** atuar imediatamente após a assinatura do contrato respeitando o prazo de mobilização informado na proposta, seguindo os serviços apresentados no Escopo de Adequação fornecido (RDE – Relatório de definição de Escopo – Anexo I), projetos básicos e planilha orçamentária, sempre respeitando as normas vigentes da Construção Civil e os pré-requisitos estabelecidos pela OSC Viva Rio.
- 1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5 O Termo de Referência deverá guardar sintonia com o estudo técnico preliminar previamente desenvolvido pela área técnica da **CONTRATANTE**, discriminando todos os elementos capazes de caracterizar, de forma precisa e clara o objeto da contratação e de propiciar a avaliação de seus custos, conforme anexos abaixo.
 - ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
 - ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO
 - ANEXO III – TERMOS DE VISITA TÉCNICA
 - ANEXO IV – CHECKLIST DE ENTREGA DE ADEQUAÇÃO
 - ANEXO V - CRITÉRIOS PARA MONITORAMENTO MENSAL

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A contratação justifica-se pela necessidade do atendimento e prestação dos serviços descritos no item “1. Do Objeto”. Tal contratação torna-se necessária para garantir as adequações necessárias, e a funcionalidade dos sistemas existentes, visto que deixar as instalações sem as necessárias intervenções por equipe técnica devidamente treinada e qualificada poderá comprometer a vida útil da (s) unidade (s) de saúde da família contemplada (s) neste documento.
- 2.2 As adequações estruturais pretendidas visam garantir plena capacidade e

condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos ambientes de trabalho do pretendido Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS).

3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Os serviços referentes ao objeto desta contratação estão discriminados no Relatório de Definição de Escopo (RDE), Planilha Orçamentária, Projetos Básicos e Executivos, além de atas e definições realizadas ao longo da obra.

3.1.1 Fornecimento de material, ferramental, e mão de obra para adequação completa de do bloco de Trauma da Emergência do Hospital do Andaraí.

3.2 Por definição e hierarquia de documentação para resolução de impasses e vícios ocultos, entende-se a seguinte ordem:

3.2.1 Relatório de Definição de Escopo (RDE), este documento configura-se como o memorial descritivo da obra, este documento poderá sofrer alterações ao longo das adequações em função de solicitações da fiscalização do serviço ou da SMS/RJ;

3.2.1.1 A **CONTRATADA** deverá estar disponível a acatar as alterações sugeridas e solicitadas, as alterações que ensejarem em custo adicional, anteriormente não previsto ou de retrabalho deverão ser aditivados em custo unitário total, devendo a **CONTRATADA** aplicar o desconto inicialmente ofertado no ato da cotação/licitação. Além disso, a **CONTRATADA** deverá estar disponível a rratificações de serviços contratados, seja para redução de quantidades, substituição de uma execução por outra ou até mesmo acréscimo de determinada atividade em substituição de outra não prevista visando equilíbrio financeiro da execução;

3.2.2 Planilha Orçamentária, este documento configura-se como o custo unitário e totais básico das atividades necessárias para conclusão do objeto deste Termo de Referência, nele estarão contidos todos os custos remuneratórios para o serviço e será tomado como referência para medições de serviço concluído mensalmente;

3.2.3 Projetos Básicos e Executivos, estes documentos poderão ou não estarem disponíveis no início da contratação e poderão. Considerando que a fiscalização do contrato disponibiliza a maioria dos projetos, caberá a **CONTRATADA** a execução daqueles com recurso previsto em planilha orçamentária.

3.2.4 Atas e e definições realizadas ao longo da obra, a **CONTRATADA** deverá estar disponível a executar as alterações necessárias, quantas vezes forem, dentro das condições anteriormente informadas, cabendo sempre a **CONTRATADA** solicitar a fiscalização do contrato a formalização da alteração. Isto posto, qualquer alteração, execução **sem a devida formalização pela fiscalização do contrato** não terão custo adicional;

3.2.4.1 A fiscalização do contrato será nomeada e apresentada à empresa **CONTRATADA** no início dos serviços em reunião de alinhamentos, e deverá a **CONTRATADA** colocar os nomes dos fiscais na placa de obra;

4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A **CONTRATADA** deverá executar os serviços contemplados neste Termo de Referência na unidade Hospital do Andaraí, localizada no endereço: R. Leopoldo, 280 - Andaraí, Rio de Janeiro - RJ, 20541-170.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. A vigência do Contrato será de até 7 (sete) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse da Contratante, mediante a Termo de Aditamento do presente instrumento.

5.2. Os serviços desse Termo poderão ser prorrogados de acordo com o interesse da Contratante.

5.3. Caso os Termos de Colaboração e ou Contratos de Gestão firmados entre a OSS Viva Rio com os Entes Contratantes sejam encerrados ou não prorrogados, o presente Contrato terá o prazo de encerramento de vigência antecipado para a mesma data, uma vez que o objeto deste Contrato está diretamente vinculado à vigência dos Termos de Colaboração e ou Contratos de Gestão.

6. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

6.1. Não obstante a **CONTRATADA** ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à **CONTRATANTE** é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

6.1.1. Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de qualquer produto ou método, cujo uso ou atuação considere prejudicial ou inadequado;

6.1.2. Vetar o prosseguimento normal do fornecimento e/ou execução dos serviços, baseados na legislação em vigor;

6.1.3. Verificar o cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas do contrato e do presente Termo, e adotar medidas necessárias quanto à regularização de eventuais transgressões

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto e a associação do contrato com outrem, nem a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

8 REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 A **CONTRATADA** obrigatoriamente deverá comprovar sua experiência na execução de serviços com características semelhantes às especificadas, através de Certidão de Acervo Técnico com averbação (CAT), fornecido pelo CREA/CAU, para comprovar a sua efetiva execução de atividades semelhantes, onde comprado por intermédio de Atestado de Capacidade

Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o bom e regular prestação de serviços similares ao objeto.

8.1.1 A conjunto comprobatório referente a execução de serviços semelhantes deverá dispor de parcelas técnicas de maior relevância, à saber:

- Execução de Concreto Armado de 30 Mpa ou 25Mpa, totalizando 372,58 M3;
- Execução de Estrutura Metálica, totalizando 1.170,71 M2;

8.1.2 A comprovação de que a empresa executou serviços referente a parcela de Relevância se dará com a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado do devido Atestado de Capacidade Técnica em nome da Empresa devidamente registrado no CREA/CAU.

8.2 Apresentar **Certidão do registro e regularidade** da Licitante junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) em nome da Empresa, que comprove a habilitação da mesma nos ramos de Arquitetura ou Engenharia Civil.

8.3 Apresentar **Certidão do registro e regularidades** dos responsáveis técnicos da empresa, pertencentes ao quadro da Licitante perante ao respectivo conselho de classe.

8.4 Apresentar **certidão de regularidade** que apresentem a informação de nada consta, referente à débitos perante aos conselhos de classe onde a empresa e seus responsáveis técnicos estejam cadastrados.

8.5 Comprovação de que a licitante possui, em seus quadros, profissional de nível superior nos ramos de Arquitetura ou Engenharia Civil, detentor de atestado (s) de responsabilidade técnica, Atestado Profissional, referente (s) à execução de serviços de características similares, quantitativa e qualitativamente, aos serviços objeto do Projeto. O (s) atestados deverão ser averbados pelo CREA ou CAU e deverá (ão) ser apresentado (s) acompanhado (s) da (s) respectiva (s) Certidão (dões) de Acervo Técnico- CAT.

8.5.1 O conjunto comprobatório de atestado de capacidade técnica profissional deverá dispor de parcelas técnicas de maior relevância, à saber:

- Execução de Concreto Armado de 30 Mpa ou 25Mpa, totalizando 372,58 M3;
- Execução de Estrutura Metálica, totalizando 1.170,71 M2;

8.6 Atestados emitidos por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, que comprovem a conclusão da execução de serviços similares aos descritos no Termo de Referência. Em se tratando de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público, o atestado deverá ser emitido em papel timbrado do órgão/unidade administrativa e indicar o cargo e matrícula do signatário. Em se tratando de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá estar acompanhado de documento que comprove a aptidão do signatário para responder pela empresa/sociedade empresária.

8.7 A comprovação de vínculo com os profissionais integrantes do quadro técnico poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, do livro registro de funcionário, por meio de registro no CREA/CAU ou através de contrato de prestação de serviços firmado entre o Profissional e a Licitante, vigente na data do certame. Caso o profissional faça parte do quadro societário da empresa, deverá apresentar o registro do contrato/ato constitutivo da empresa perante a Junta Comercial ou perante o Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, conforme o caso.

8.8 A Comissão Permanente de Licitações poderá realizar diligências para sanar dúvidas relativas aos atestados apresentados.

8.9 Deverá haver profissional indicado como responsável técnico, no início da prestação dos serviços e durante toda a sua execução.

8.10 A Licitante deverá apresentar autorização para atuação no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de homologação e registro de elevadores no GEM/RJ.

8.11 A licitante vencedora deverá apresentar em até 10 dias após a assinatura do contrato o seguro

9. FISCALIZAÇÃO

9.1. A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, embora a empresa vencedora seja a única responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, bem como pelos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, por ato próprio desta ou de seus operários e/ou prepostos.

9.2. Cabe à **CONTRATANTE** designar os servidores que fiscalizarão o serviço de que trata este Termo de Referência, quando do início da prestação do serviço.

9.3 Cabe a **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.4 Cabe a **CONTRATANTE** notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.5 Cabe a **CONTRATANTE** arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço concluído com a finalidade de cobranças de garantia e notificações expedidas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As marcas eventualmente citadas neste Termo de Referência deverão ser consideradas apenas como parâmetro, devendo cada empresa apresentar as marcas dos itens que se propõem a entregar, desde que aprovado pela fiscalização do contrato;

10.2. O objeto descrito neste termo deverá ser entregue em perfeitas condições de uso e dentro das especificações solicitadas pela **CONTRATANTE**.

10.3 A empresa contratada tem a oportunidade de realizar visita técnica à unidade visando a construção de proposta orçamentária condizente com as atividades solicitadas no escopo de adequação (RDE), contendo o prazo estabelecido, data de validade da proposta e valor especificado POR SERVIÇO cotado (preço aberto para cada item, devendo, obrigatoriamente, ser preenchido na coluna disposta na planilha do RDE e na planilha orçamentária. Além disso, a visita técnica servirá de base para a empresa sinalizar os itens e composições que estiverem ausentes no escopo inicial, dessa forma antecipando-se a qualquer imprevisto. Caso a empresa opte pela não realização da visita para levantamento e conferência dos dados fornecidos pela OSC Viva Rio, esta assumirá a responsabilidade pela execução do objeto em sua totalidade.

10.3.1 A empresa deverá preencher o formulário (Anexo IV) informando sua decisão quanto à realização ou não da visita técnica.

10.3.2 O prazo para vistoria se inicia no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.3.4 Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.3.5 A visita ao local da adequação é facultativa, a fim de sanar quaisquer dúvidas do escopo de adequação fornecido e para conferências de medidas e quantitativos in loco, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a conferência e levantamento de quantitativos e medidas de cada item do escopo para fornecimento do orçamento.

10.4 A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT, FABRICANTES e dispositivos previstos em leis específicas, através de técnicos habilitados e em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados.

10.5 Nestas especificações e diretrizes de serviços, fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares aos especificados, se rigorosamente equivalentes, isto é, se desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas, tendo recebido também a autorização da fiscalização do contrato.

10.6 Estão incluídos no contrato, sem qualquer custo adicional, todos os materiais, equipamentos, EPI'S e EPC's, necessários para execução total dos serviços, limpeza final da adequação e remoção de todos os entulhos restantes.

10.7 É obrigatória a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para a adequação, assinada por profissional legalmente habilitado, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com menção explícita do título do profissional que o subscrever e do número da carteira profissional, estando o pagamento completo do serviço contratado condicionado à emissão correta da mesma. A ART deverá passar por revisão do corpo técnico da OSC Viva Rio antes de sua emissão, estando sujeita à solicitação de alteração pela **CONTRATANTE** em caso de apresentar incoerências e/ou não atendimento total aos requisitos do escopo.

10.8 Cabe a **CONTRATADA** o fornecimento de um cronograma executivo físico da adequação, considerando o prazo contido no escopo, bem como todos os serviços descritos. Em caso de extrema necessidade de alteração no prazo, fazer contato com a **CONTRATANTE** para alinhamento. As medições da adequação estarão condicionadas ao envio do cronograma (modelo padrão do Viva Rio, conforme Anexo III, a ser preenchido pela empresa contratada) atendendo aos requisitos da OSC Viva Rio.

10.9 A empresa **CONTRATADA** deverá apresentar atualizações constantes ao corpo técnico da OSC Viva Rio, por meio de registros fotográficos dos serviços que estão sendo realizados ao longo da adequação, definido como Relatório Diário de Obra.

10.10 O final da adequação deve ser informado à **CONTRATANTE** para que seja agendada uma data de vistoria para entrega.

10.11 Reserva-se à fiscalização do contrato o direito de impugnar o andamento dos serviços e a aplicação de materiais ou equipamentos, desde que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a **CONTRATADA** a remover ou substituir, por sua conta o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e diretrizes de serviços.

10.12 Caberá a **CONTRATADA** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, decorrentes de culpa ou dolo, bem como por todo e qualquer dano causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, devendo ressarcir imediatamente, ficando a **CONTRATANTE** autorizada a descontar dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.13 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados e terceiros.

10.14 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10.15 A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.16 Cabe a **CONTRATADA** responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**.

10.17 Cabe a **CONTRATADA** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.18 A **CONTRATADA** deverá manter o local da realização do serviço a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados, prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do contrato.

10.19 A **CONTRATADA** deverá manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços e nas melhores condições de segurança e disciplina.

10.20 Cabe a **CONTRATADA** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**.

10.21 A **CONTRATADA** deverá substituir qualquer empregado responsável pela execução dos serviços que, comprovadamente e por recomendação da fiscalização, causar embaraço à boa execução do Contrato.

10.22 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todo o ferramental, escadas, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução do contrato.

10.23 Cabe a **CONTRATADA** apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela execução dos serviços com, no máximo, três dias úteis após a assinatura do contrato da adequação, estando as medições do serviço condicionado ao envio deste documento

10.24 A **CONTRATADA** fica obrigada de informar de forma técnica a **CONTRATANTE**, através de laudos e pareceres, a respeito de qualquer problema encontrado na decorrência dos serviços que possa impactar na qualidade do produto final. Dessa forma, caso a **CONTRATADA** execute os serviços sem nenhuma informação de casos ocultos, estará comprometendo-se com a qualidade total da execução.

10.25 A **CONTRATADA** permanecerá responsável quanto à perfeição e segurança, do serviço contratado, nos termos da legislação civil, profissional e penal vigente, principalmente no tocante ao artigo 618 do Código Civil Brasileiro e ao Código de Defesa do Consumidor, assim quanto à garantia por 01 (um) ano, a partir da data do recebimento do serviço (Anexo V), para os vícios ou defeitos ocultos e caráter redibitório, assim como para os materiais fornecidos e instalados.

10.26 A medição para liberação de nota fiscal para pagamento da **CONTRATADA** estará condicionado ao cronograma executivo atualizado e ao diário de adequação executado. Sendo assim, a fiscalização da **CONTRATANTE** poderá restringir a medição de itens não consumidos de acordo com o cronograma executivo, orçamento com preço aberto e diário de adequação.

10.27 O pagamento dos serviços prestados pela **CONTRATADA** estará condicionado ao Cronograma Físico Financeiro que deverá estar condizente com o Cronograma Físico Executivo dos Serviços. As notas fiscais de medição deverão ser realizadas seguindo o cronograma e comporão a planilha de medição, todos os itens consumidos. Aqueles que comprovadamente não forem executados serão suprimidos da emissão de medição para a referida etapa.

10.28 O pagamento será efetuado por meio de medições dos serviços, ficando a empresa impossibilitada de medir um valor que supere 80% do total da adequação, restando 20% para a medição final condicionado ao aceite do serviço.

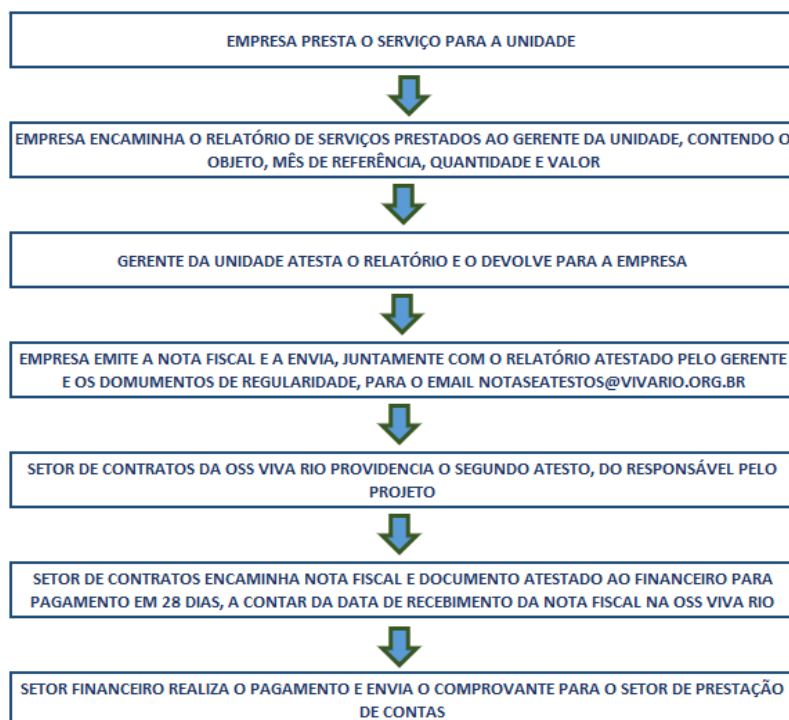
10.28.1 Referente a medição final, a **CONTRATANTE** realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

10.28.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na medição definitiva.

11. MECANISMO DE ATESTO DO GERENTE E/OU DIRETOR DA UNIDADE

Mensalmente, deverá ser entregue, juntamente com a Nota fiscal, o relatório de Atesto de Serviços Prestados. A **OSC VIVA RIO** estabelecerá o fluxo de “atesto de notas” pelos Gerentes e/ou Diretores das unidades gerenciadas pela **OSC**. O “atesto de notas” também será uma

condição para o pagamento da fatura mensal do serviço prestado, conforme a descrição do quadro abaixo:



12. PROTEÇÃO E TRATAMENTO AOS DADOS PESSOAIS

As Partes se comprometem a obedecer a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2023 – para quaisquer operações ou processamentos de dados sobre pessoas físicas identificadas, ou dos que possam identificá-las ou caracterizá-las.

Parágrafo primeiro - A **CONTRATANTE** realizará o tratamento dos dados pessoais referente à constituição do quadro societário e dos administradores, bem como de demais colaboradores da **CONTRATADA** que intervenham em atividades pertinentes ao objeto deste contrato, para promoção e apoio de legítima fiscalização e controle sobre das atividades decorrentes deste contrato, bem como para quando for necessário ao atendimento de outros legítimos interesses da **CONTRATANTE**.

I - Os titulares dos dados pessoais têm direito a obter:

- a) Confirmação da existência de dados pessoais de sua titularidade por ela tratados;
- b) Acesso aos dados pessoais sob tratamento;
- c) Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) Anonimização ou cessação do tratamento de dados desnecessários, excessivos ou desconformes.

Parágrafo segundo - A **CONTRATADA** somente poderá tratar os dados pessoais controlados ou operados pela **CONTRATANTE** com restrição ao que for necessário para atingir o fim definido no objeto deste contrato; sempre respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação determinados pela LGPD.

I - Para tratamento dos dados pessoais a **CONTRATADA** obriga-se a garantir o necessário sigilo e restrição de acesso aos dados, através de políticas, programas e demais normas internas voltadas ao tema, bem como da implementação de ações, recursos e estruturas capazes de viabilizar manter a segurança das informações.

II - Eventuais dados pessoais coletados pela **CONTRATADA** serão armazenados por esta somente enquanto necessário para a execução dos serviços contratados. Alcançada a finalidade que fundamente o tratamento do dado pessoal, ou ao término dos serviços ou do período contratado, os dados deverão ser eliminados.

III - A **CONTRATADA** compromete-se a comunicar, imediatamente, à **CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer violação de segurança que tenha consequências diretas à segurança e proteção dos dados pessoais ou que os coloque sob risco ou grave ameaça; bem como sobre qualquer reclamação ou petição recebida sob a autoria de titulares dos dados.

13. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

Cada parte assume, pelo presente, que, na data de início de vigência do Contrato, não foi pela própria, nem pelos seus funcionários, oferecida, prometida, dada autorizada, solicitada, ou aceite qualquer vantagem pecuniária indevida, ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza (nem foi dado implicitamente a possibilidade de vir a adotar qualquer uma destas condutas em algum momento futuro), que esteja sob qualquer forma conexas com o Contrato e que tomou as medidas razoáveis para evitar que subcontratantes, agentes ou quaisquer terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante, promovessem tais condutas.

14. CANAL DE DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES:

Em consonância com o Programa de Integridade do Viva Rio está aberto o canal de comunicação da **Ouvidoria Viva Rio** para receber denúncias de irregularidade, infração ética ou ilegalidade praticados por funcionários, colaboradores, prepostos, prestadores de serviços, fornecedores em geral e todo e qualquer agente envolvidos direta ou indiretamente na consecução das atividades do Viva Rio, podendo realizar de forma anônima ou identificada, comprovável ou não, a qualquer título e que serão devidamente apurados, com proteção ao denunciante de boa-fé e garantindo a confidencialidade, por meio do telefone (21) 2555-3750 Ramal: 3804; e-mail faleconosco@vivario.org.br e formulário online da página <http://vivario.org.br>, no ícone Fale Conosco/Ouvidoria.

15. DA ESTIMATIVA E DA COMPOSIÇÃO DOS VALORES

15.1. As empresas participantes devem seguir a tabela modelo de precificação apresentada no Anexo II, deste termo de Referência.

16. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

16.1 Será exigida a garantia da contratação, no percentual e condições descritas abaixo:

16.1.1 Caberá ao contratado apresentar o seguinte modelo de seguro garantia:

I - seguro-garantia, através de seguradoras, em até 5% do valor do contrato;

II. A Contratada deverá apresentar em até 10 dias após a assinatura do contrato a garantia solicitada.

16.1.2 O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à **CONTRATANTE**, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações:

- O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

VIVA RIO

ANEXO I
ATESTO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Serviço Prestado: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Mês de Referência: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Valor: XXXXXXXXXX

Declaramos para os devidos fins, a realização das atividades descritas acima, nos valores informados, em consonância com o contrato firmado com a OSS Viva Rio;

NOME DA EMPRESA / CNPJ

Campo de ressalva para a Unidade:

Atesto a execução das atividades prestadas pela empresa **NOME DA EMPRESA** conforme descrição apresentada, com observância as ressalvas listadas acima.

Nome da unidade
VIVA RIO

Observações:

- 1) É obrigatório o encaminhamento deste relatório às unidades, para fins de validação das notas fiscais encaminhadas à OSS Viva Rio;
- 2) As Unidades atestarão somente o(s) serviço(s) prestado(s), sendo dever do Setor de Contratos analisar os valores, fazendo os descontos devidos em caso de ressalva(s);
- 3) O prazo para atesto deste relatório pela Unidade, não deverá ser superior a 03 (três) dias.



ANEXO II

As empresas participantes devem seguir a tabela de modelo de precificação apresentada na planilha orçamentária